

Escola e democracia: o conceito de educação escolar como a pertinência do aprender com o ensinar

Rogério Rodrigues¹

Resumo

O objetivo deste ensaio consiste em analisar os impasses na educação na interface entre escola e democracia. Para analisar a escola e a democracia, partimos da proposição de Freud (1996) de que existem três profissões impossíveis – educar, curar e governar. Essa referência permite outra forma de interpretação, em que a discussão sobre a questão da educação escolar se encontra para além do senso crítico do sujeito da razão esclarecida. A justificativa deste ensaio tem como ponto central compreender as contradições que se apresentam nos impasses da educação para a realização da sociedade democrática em que o professor e o aluno se anulam no campo das relações educativas. A metodologia utilizada encontra-se no campo da teoria crítica, tomando como aporte teórico a Filosofia da Educação. A nossa conclusão se refere diretamente ao elogio da escola como lugar para o exercício da realização da democracia, em que o aprender com o ensinar ocorre numa relação de diálogo, na plena igualdade em estar presente com o outro. Essa experiência escolar de estar presente com o outro seria a possibilidade da realização da pertinência pedagógica do aprender com o ensinar.

Palavras-chave

Educação. Democracia. Escola. Ensino. Tecnologia.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil; estágio pós-doutoral na Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Brasil; professor titular da Universidade Federal de Itajubá, Minas Gerais, Brasil; coordenador do Grupo de Pesquisa em Educação Interdisciplinar (GEPEI/UNIFEI/CNPq). E-mail: rrunifei@hotmail.com.

School and democracy: the concept of school education as the relevance of learning with teaching

Rogério Rodrigues²

Abstract

The objective of this essay is to analyze the impasses in education at the interface between school and democracy. To analyze the school and democracy, we start from Freud's (1996) preposition that there are three impossible professions – educate, heal and govern. This reference allows another form of interpretation, in which the discussion on the issue of school education is beyond the critical sense of the subject of enlightened reason. The justification of this essay has as its central point to understand the contradictions that present themselves in the impasses of education for the realization of a democratic society in which the teacher and the student cancel each other out in the field of educational relations. The methodology used in this essay is in the field of critical theory, taking as theoretical support the Philosophy of Education. Our conclusion directly refers to the praise of the school as a place to exercise the realization of democracy, in which learning with teaching takes place in a relationship of dialogue, in full equality in being present with the other. This school experience of being present with the other would be the possibility of realizing the pedagogical relevance of learning with teaching.

Keywords

Education. Democracy. School. Teaching. Technology.

² PhD in Education, State University of Campinas, State of São Paulo, Brazil; post-doctoral internship at the Faculty of Education, University of São Paulo, State of São Paulo, Brazil; full professor Federal University of Itajubá, State of Minas Gerais, Brazil; coordinator of the Research Group on Interdisciplinary Education (GEPEI/UNIFEI/CNPq). E-mail: rrunifei@hotmail.com.

A compreensão da escola e democracia como lugar da formação do sujeito crítico e participativo, e a qualidade na educação

A partir da leitura de Paulo Freire (2019), este ensaio tem como objetivo analisar alguns apontamentos referentes ao mal-estar contemporâneo. Esse mal-estar é produzido numa sociedade que se consolida na desigualdade como pressuposto para justificar as relações econômicas e sociais. Colocar isso em discussão significa colocar em evidência os impasses na educação a respeito das impossibilidades na realização da tarefa educativa, na transmissão de saberes que produzem os conhecimentos significativos que se encontram no campo da cultura escolar. Nesse contexto, o mal-estar contemporâneo seria os embates da consciência crítica e reflexiva numa sociedade que se impõe pela alienação e que anula a presença do outro no campo das relações sociais.

A compreensão dessa disjunção entre o sujeito crítico e o alienado se apresenta como ponto central de discussão para analisar as interfaces entre escola e democracia, principalmente, na época atual, em que se fazem cada vez mais presentes os elogios do uso das tecnologias de ensino. Essas tecnologias se instauram, por vez, como parâmetro do ensinar rápida e eficazmente no campo escolar como forma de melhoria da qualidade na educação. Entretanto, grande parte das tecnologias de ensino acaba por destituir a condição reflexiva e impõe uma lógica de subordinação do sujeito à máquina.

A hegemonia da competência se impõe no elogio ao uso das tecnologias instrumentais de ensino como forma de transmissão dos conteúdos, e pouco se discute sobre como isso pode descaracterizar a efetiva melhora na qualidade da educação.

No uso das tecnologias de ensino, temos o paradoxo da destituição do sujeito intelectual como elemento central no processo do aprender e do ensinar. Isso pode se caracterizar como uma relação educativa destituída do sujeito que domina o processo educativo. Em sala de aula, a palavra do professor pode ser substituída pelos sites de busca. As anotações no caderno podem ser substituídas por fotos que se acumulam entre tantas outras imagens na memória dos *smartphones*.

Diante desse fato, em que se observa o uso das tecnologias de ensino no aprender e no ensinar, partimos da pressuposição de que evidenciamos o elemento contraditório que se apresenta nessa didática. Para tanto, compreendemos que o conceito de qualidade da educação no uso das tecnologias de ensino seria algo que conduz para a destituição do sujeito, que deveria ser responsável por apresentar o conteúdo escolar.

Numa perspectiva completamente oposta a essa situação, compreendemos a didática como forma de estabelecer a marca do modo de ser professor em sala de aula (RODRIGUES, 2020). Para tanto, torna-se importante a presença do sujeito como aquele que efetivamente mostra o conteúdo e conduz a atividade educativa como algo próprio, que se produz e consome-se no espaço escolar como elemento imaterial. Nesse contexto, o próprio conteúdo escolar é algo que se apresenta como elemento crítico em termos de apresentação e discussão com todos os presentes no espaço escolar, naquilo que se denominou como a pedagogia histórica e crítica dos conteúdos (RIBEIRO; ZANARDI, 2021).

Na realização da atividade educativa, o conteúdo escolar apresentado na aula, sob a perspectiva histórica e crítica, tem a efetiva condição do sujeito na construção do conteúdo e da forma, que condiz com uma didática que se torna a repetição da diferença, pois, a cada modo de tratar o assunto em questão, apresenta-se uma relação de troca com os outros presentes. Essa imaterialidade da aula é que evidencia toda a riqueza do espaço escolar como um lugar pertinente para a formação do sujeito crítico e plenamente participativo. Entretanto, essa condição do sujeito crítico e participativo se apresenta como uma forma de utopia na impossibilidade diante da distopia dos processos de alienação, que ocorrem nas formas de subordinação entre o aprender e o ensinar. Por um lado, essa relação se dá entre aquele que manda e o que obedece, e, por outro lado, pelo uso das tecnologias de ensino que podem anular a presença do outro no campo escolar.

Diria que o sujeito crítico e participativo pode se apresentar como categoria referencial para os educadores que estabelecem como objetivo a efetiva construção da cidadania entre aqueles que pensam e compreendem o mundo em que vivem. Essa articulação entre a criticidade e a participação pode se expressar na posição do sujeito como intelectual emancipado, ou seja, aquele que se responsabiliza pelas ações na vida em sociedade e que pode romper com a compreensão de que

os “dominados” não podem sair por eles mesmos do modo de ser e de pensar que o sistema de dominação lhes confere; segundo, não devem perder sua identidade e sua cultura procurando apropriar-se da cultura e do pensamento dos outros. [...] Nas promessas da ciência libertadora ou nas exaltações das culturas do povo, podia-se reconhecer uma injunção bem mais antiga, aquela mesma que a República de Platão tinha fixado a fórmula: que cada um exerça sua própria função e desenvolva a virtude própria à sua condição. [...] Essa história de ouro e de ferro, concede Platão, é uma fábula. Mas basta que se creia numa fábula para ela ser eficaz. E para acreditar nela, basta estar na posição que ela legitima: a posição daquele que não tem tempo e tampouco

outra opção a não ser acreditar na fábula da sua inferioridade. (RANCIÈRE, 2021, p. 34).

Logo, podemos verificar, a qualquer momento, em uma simples visita à sala de aula, que, em grande parte das escolas, educa-se para a subordinação, pois os sujeitos são dominados por uma didática do mandar e obedecer no uso das tecnologias do ensino, que alienam as formas de pensamento (BOURDIEU; PASSERON, 1982). Esses elementos de dominação se apresentam como forma básica de organizar as atividades educativas, primordialmente, como algo requisitado no campo dos processos formativos como forma de constituir o paradoxo da qualidade na educação.

O ponto central na nossa compreensão da escola como lugar de formação do sujeito crítico e participativo é a discussão desses acontecimentos que definem as formas de trabalho da atividade educativa em confronto direto com o paradoxo da qualidade na educação. Diante dos fatos que hierarquizam as relações humanas na desigualdade e na apropriação destituída de crítica no uso das tecnologias de ensino, torna-se importante analisar os elementos diretamente relacionados às nuances da pertinência do aprender com o ensinar. Portanto, no campo das relações educativas, é fundamental o estudo da didática no modo de ensinar para a formação do sujeito crítico e participativo, para que esse se apresente implicado em estar presente na escola, e não apenas com a formalidade da presença em sala de aula. Esse estar presente é algo que produz a realização da democracia no campo escolar.

Seria muito importante para uma sociedade efetivamente democrática que os processos formativos pudessem se realizar no pressuposto da igualdade entre todos os presentes em sala de aula e na apropriação crítica daquilo que deveria ser o conhecimento comum a todos. Entretanto, resta saber se essa atividade educativa é algo possível de ser transmitida no uso das tecnologias de ensino, ou seja, seríamos capazes de reconstituir as diversas formas de didática para a transmissão crítica do conhecimento escolar sem banalizar o modo de pensar o mundo? O que seria efetivamente essa condição do aprender com o ensinar na formação do sujeito crítico e participativo?

Para respondermos a esses dois questionamentos, o nosso ponto de partida para a escrita deste ensaio consiste em analisar o conceito de educação escolar. Primeiramente, trata-se de compreender a escola como lugar de

[...] criar “tempo livre”, isto é, a materialização ou espacialização do que os gregos chamavam de *skholé*: o tempo para o estudo e o exercício a operação de fazer (conhecimento, práticas) públicas e colocar (a elas) sobre a mesa (o

que também poderia ser chamado de profanação); a operação de tornar “atento” ou de formar uma atenção que se apóie em duplo amor, tanto pelo mundo como pela nova geração, e em práticas disciplinadoras, para tornar a atenção e a renovação possíveis. A escola (como forma pedagógica) consiste, então, em uma associação de pessoas e coisas como um modo de lidar com, prestar atenção a, cuidar de alguma coisa – obter e estar em sua companhia – na qual esse cuidado implica estruturalmente uma exposição. (MASSCHELEIN; SIMONS, 2021, p. 21-22).

Assim, partimos da pressuposição da função emancipadora da escola, que se apresenta como lugar ou espaço em que ocorre a atividade educativa. Para tanto, requer a presença do sujeito com tempo livre, o que se torna elemento fundamental para a realização do trabalho escolar daquele que tem a responsabilidade e a autoridade de mostrar algo para o outro, assim como requer, principalmente, um lugar em que se tenha tempo para aprender e ensinar. Isso seria o momento do aprender com o ensinar nos detalhes que podem ocorrer na simplicidade do modo de fazer no encontro do outro, mas é na simplicidade das coisas que se encontram também toda complexidade que envolvem os processos de formação.

No lugar de encontro com o outro, a atividade educativa seria resultado da relação entre os sujeitos que se constroem no espaço escolar. Portanto, temos como atividade educativa a realização de formas específicas de relações que os sujeitos podem estabelecer entre si, numa forma de igualdade como ponto inicial (RANCIÈRE, 2021). No caso do espaço escolar, o ensinar com o aprender é a expressão da didática, em que mostrar algo para o outro se pauta na compreensão da escola como um lugar que se apresenta como responsável pelo modo como todos os comuns³ podem implicar-se com o assunto em questão.

O lugar da escola é ocupado por aquele que tem algo a dizer, pautado na autoridade e na experiência vivida e, portanto, anuncia a palavra para o outro na transmissão do saber e na construção do conhecimento. Contudo, como é possível dizer algo para o outro sem que seja feita uma relação de subordinação ou forma de controle do sujeito a partir das tecnologias de ensino?

Responder a essa questão deve alertar para os processos formativos como ponto de preocupação, em que os educadores deveriam colocar em discussão o que Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron (1982) já indicaram na proposição de que a educação teria como papel principal reproduzir as relações de dominação. Os autores consideram que a escola realiza uma violência simbólica ao impor determinados códigos que operam como legitimadores da ordem

³ Utilizamos o termo “todos os comuns” a partir de Jorge Larrosa (2021), que compreende o espaço escolar como lugar que deveria ser o encontro entre os sujeitos, independente da origem ou da classe social.

social estabelecida (BOURDIEU; PASSERON, 1982). Dessa forma, partimos do pressuposto de que o dizer algo para alguém condiz com o modo como o sujeito se implica, e, no caso específico da atividade escolar, com o trabalho na formação do sujeito crítico e participativo na posição daquele que faz uso da palavra como forma de representação da dinâmica da realidade, sem a indicação de colonizar o outro.

Como já dissemos anteriormente, os processos formativos no campo escolar deveriam se organizar a partir da relação de igualdade. Essa condição seria o elemento básico que constitui as tramas da escola e da democracia em que todos os comuns estão presentes no mesmo lugar para aprender com o ensinar. Para tanto, as relações educativas se constituem em estarem abertos para uma relação de escuta do outro, em que,

Se o possível é aquilo que está determinado pelo cálculo de nosso saber e pela eficácia de nosso poder, o impossível é aquilo frente ao qual desfalece todo o saber e todo poder. Somente nos despojando de todo saber e todo poder nos abrimos ao impossível. O impossível é o outro de nosso saber e de nosso poder, aquilo que não se pode definir como um ponto de ancoragem de uma ação técnica. (LARROSA, 2004, p. 194).

Neste contexto, compreendemos o espaço escolar como um lugar específico para a realização da democracia, bem como um espaço de encontro em que todos os sujeitos comuns podem fazer o uso da palavra na condição de estarem despojados do saber e do poder. Compreendemos que pensar a escola e a democracia no campo das relações educativas, na perspectiva da formação da cidadania, deveria se pautar no pressuposto de igualdade. Nesse caso, o ponto de partida deveria ser a ausência de hierarquias entre aqueles que estão presentes na escola. Isso se apresenta como elemento primordial para a realização da democracia e, portanto, encontra-se em relação direta com o papel da escola no processo de formação crítica do sujeito, na ampliação da tolerância perante o outro. Partimos do pressuposto de que a escola deveria permitir ao sujeito a experiência de vida no compartilhamento de assuntos de interesses comuns entre todos os presentes no espaço escolar. Essa dupla situação – lugar de todos e interesses comuns – condiz com a condição pública do funcionamento do aparelho escolar como espaço que pode favorecer a democracia como lugar da relação de troca de palavras e ações entre todos os presentes numa plena relação de igualdade. A justificativa deste ensaio tem como ponto central compreender as contradições que se apresentam nos impasses da educação para a realização da sociedade democrática, a partir do processo de precarização, que também

se apresenta no âmbito escolar, em que o professor e o aluno se anulam no campo das relações educativas, na implementação do ensino instrumental.

Em termos de pensar a escola e a democracia, a questão central é analisar como se torna impossível manter o acesso amplo e de qualidade a todos na educação. Essa questão se apresenta com relevância para a discussão do papel da escola numa sociedade que se fundamenta nas desigualdades sociais como forma de constituir o campo de relações entre os sujeitos. Essas desigualdades colocam em evidência a destituição do espaço escolar como lugar de encontro dos sujeitos (RODRIGUES, 2007), em que as mediações dos instrumentos prevalecem como forma de não estar presente perante o outro. Nesse sentido, ao expor o referido conceito de educação do aprender com o ensinar realizado no trabalho escolar, torna-se possível demonstrar os elementos que favorecem ou impedem a realização da democracia na hegemonia, os quais se impõem pelo viés do ensino instrumental das tecnologias de ensino, ou seja, pela didática do mandar e obedecer, que, também, anula a presença do outro.

Esse modelo de ensino instrumental se constitui na impertinência pedagógica do aprender sem o ensinar, em que se anula a presença do outro. Essa condição de anulação dos sujeitos nas relações entre o aprender e o ensinar se constitui na alienação do momento em que os instrumentos prevalecem como modo operante e que ordenam e subordinam por completo as mediações dos sujeitos na forma de conhecer a dinâmica da realidade.

Para analisar essa questão do aprender com o ensinar, utiliza-se como metodologia de pesquisa neste ensaio algo que se encontra no campo da teoria crítica, tomando como aporte teórico a Filosofia da Educação, tendo como proposição investigativa a teoria psicanalítica, que consiste em analisar o mal-estar contemporâneo e os impasses na educação. Portanto, para se analisar a escola e a democracia, partimos da proposição de Freud (1996, p. 3.216) de que existem “[...] três profissões impossíveis – educar, curar e governar”. Essa referência permite outra forma de interpretação, em que a discussão sobre a questão da educação escolar se encontra para além do senso crítico do sujeito da razão esclarecida, pois ocorrem relações intrínsecas entre o aprender e o ensinar no campo das formações do inconsciente, que conduzem para o impossível da democracia na construção da relação de igualdade dos sujeitos entre o aprender e o ensinar com o outro, na efetiva construção da qualidade na educação.

Apontamentos para se pensar a educação escolar na perspectiva da emancipação do sujeito

Toda vez que entramos em sala de aula, temos a intenção de dizer algo sobre o tema em questão para ser discutido em sala de aula e que se encontra alinhado ao campo da cultura escolar. Esperamos que os presentes possam dialogar com aquilo que é anunciado entre tantas formas de saberes, que produzem os conhecimentos diversificados de pensar a realidade. A situação que incomoda é que o problema escolar é tido como algo natural, e, principalmente, a evasão escolar é algo que faz parte do cotidiano escolar (FERRAZ, 2021). Apesar da desvalorização do espaço escolar, cabe dizer que ele possui algo importante no campo da cultura escolar. Deve-se resistir às diversas narrativas que se apresentam na escola, que se constituem em completa anulação do pensamento crítico. O maior problema a ser enfrentado é a indiferença dos sujeitos, que, entre tantas palavras anunciadas, agem como se essas fossem sem sentido. Assim, qualquer coisa que é dita é entendida como algo que “tanto faz”.

Partimos do pressuposto de pensar a educação escolar como lugar de ditos e não ditos, em que o diálogo se expande na tentativa de compreensão, que escapa da lógica de querer colonizar o outro no ato de convencimento ou no completo esvaziamento da indiferença. Entretanto, o que está em questão no processo formativo que ocorre no interior da escola é a possibilidade de inserir o sujeito numa forma de representação crítica, no sentido de compreender o conjunto de contradições que estão presentes na realidade.

Para analisar a questão do aprender com o ensinar, temos como pressuposto a compreensão do espaço escolar como lugar de formação crítica do sujeito nas interfaces entre a escola e a democracia. Referente a essa questão, é oportuno dizer que foi lançado, no ano de 1983, a primeira edição do livro *Escola e Democracia*, que, atualmente, está na quadragésima quarta edição, pela Editora Cortez. Essa condição estabelece que o tema em questão é oportuno para análise, pois esse livro é referência no campo educacional como marco de discussão política do papel da escola na sociedade, condizendo, portanto, com o pronunciamento da contribuição da pedagogia histórico-crítica no campo da história da educação brasileira. Essa proposição histórico-crítica do conhecimento no campo escolar é uma forma em que o conteúdo e a didática são transformados numa relação entre o eu e o outro, nas formas de discussão que ocorrem nos encontros no espaço escolar.

Assim sendo, são oportunos os apontamentos presentes na discussão a respeito da escola e da democracia, que tratam da ampla defesa do aparelho escolar como lugar da realização da

educação clássica. Isso se apresenta em completa oposição na restrição do acesso à cultura escolar, no sentido de compreender a escola como um lugar que se pauta na formação universal dos sujeitos e que deve contemplar diversos conteúdos eruditos (SAVIANI, 1999).

Partimos do conceito de democracia como um lugar de possibilidades da presença de todos os sujeitos comuns e, principalmente, da oportunidade de todos compartilharem e expressarem coisas comuns. Compreendemos que essa dupla condição em que todos os sujeitos comuns presentes podem fazer o uso da palavra é algo que permite a realização da vida em coletividade. Isso condiz com a condição pública do funcionamento do aparelho escolar como espaço que pode favorecer a democracia, primordialmente, como lugar da relação de troca de palavras e ações entre todos os presentes, numa plena relação de igualdade.

Portanto, nesse lugar de encontro entre todos os sujeitos comuns, o espaço escolar é um lugar interessante para o exercício da democracia como forma de experiência vivida, em que se pode realizar para além do impossível do educar, curar e governar (FREUD, 1996). Portanto, trata-se de ampliar para outra ordem do impossível, que é constituir plenamente uma relação de igualdade em que

é preciso inverter a lógica do sistema explicador. A explicação não é necessária para socorrer uma incapacidade de compreender. É, ao contrário, essa incapacidade, a ficção estruturante da concepção explicadora de mundo. É o explicador que tem necessidade do incapaz, e não o contrário, é ele que constitui o incapaz como tal. Explicar alguma coisa a alguém é, antes de mais nada, demonstrar-lhe que não pode compreendê-la por si só. Antes de ser o ato do pedagogo, a explicação é o mito da pedagogia, a parábola de um mundo dividido em espíritos sábios e espíritos ignorantes, espíritos maduros e imaturos, capazes e incapazes, inteligentes e bobos. O procedimento próprio do explicador consiste nesse duplo gesto inaugural: por um lado, ele decreta o começo absoluto – somente agora tem início o ato de aprender; por outro lado, ele cobre todas as coisas a serem aprendidas desse véu de ignorância que ele próprio se encarrega de retirar. Até ele, o pequeno homem tateou às cegas, num esforço de adivinhação. Agora, ele vai aprender. (RANCIÈRE, 2002, p. 19-20).

A pressuposição de que “agora, ele vai aprender” deveria se constituir no campo da educação escolar como uma concepção de mundo e ciência, em que o outro se encontra numa relação passiva perante o conhecimento e deve somente ser informado no aspecto do ensino instrumental. Isso é algo que está diretamente relacionado ao modo como compreendemos a relação com o outro e, primordialmente, como trabalhamos em sala de aula nas diversas atividades do aprender e do ensinar.

As atividades educativas são momentos em que podemos exercitar a nossa possibilidade de estar com o outro no processo formativo. Isso se apresenta na maneira como se mostram os ensinamentos, numa didática em que o outro está efetivamente presente como condição de relacionamento na forma em que se apresentam os conteúdos. Temos a compreensão do aprender com o ensinar na perspectiva educativa de quando se mostra algo de interesse para todos os comuns que se encontram presentes no espaço escolar como uma forma de representar as relações entre escola e democracia, pois se trata de vivenciar assuntos comuns para que todos possam compartilhar e partilhar a cultura escolar como modo de formação para a vida em sociedade.

A dinâmica da atividade escolar torna-se algo central e importante na tarefa do aprender com o ensinar, em que é oportuno o estar presente com o outro, pois é a partir do relacionamento que as coisas são produzidas entre o ensinar e o aprender com o outro. Isso é uma peça-chave que permite os desdobramentos entre o dizer e o escutar, que resulta nas apropriações que ocorrem no aprender com o ensinar.

Entretanto, em tempos de pandemia de Covid-19, que se iniciou em março de 2020, as aulas se pautavam na experiência do desencontro do aprender, que se apresentava com formas instrumentais do ensinar sem a presença do outro. Assim, todos se tornaram plenamente distantes devido ao sistema remoto, ao uso das tecnologias de ensino, que ampliam a perspectiva do mandar e obedecer. A pandemia alterou completamente o processo de apresentar os conteúdos sem a presença do outro. Essa nova modalidade de ensino via sistema remoto tem apresentado grandes dificuldades para constituir uma didática que possa efetivamente mostrar o conteúdo escolar.

Diversas queixas foram observadas, por parte dos professores, a respeito da não abertura das câmeras dos alunos durante as aulas remotas na pandemia. Para esse tipo de encontro, fica uma sensação plena de desencontro, em que ocorre um distanciamento entre o aprender e o ensinar.

Podemos dizer que o permanecer na tela do computador é algo que se assemelha a falar com as paredes, pois, na tela do monitor, as fotos dos sujeitos, em grande parte sorridentes, impõem-se como estética da felicidade. O silêncio dos presentes na sala de aula durante o ensino remoto permite fazer a paródia com a música de Cartola: “Queixo-me às rosas / Mas que bobagem / As rosas não falam / Simplesmente as rosas exalam / O perfume que roubam de ti, ai”. No caso do ensino remoto em tempos de pandemia, o que ocorre é uma impertinência do aprender sem o ensinar, em que o encontro com o outro é algo que “Queixo-me às fotos, mas

que bobagem, as fotos não falam”. Essa condição de silêncio que ocorre no ensino remoto é algo que desconcerta qualquer proposição de ensino, pois parece que estamos falando de fato com as paredes.

O centro da crítica ao ensino instrumental está no outro que não está presente na relação educativa, havendo um distanciamento entre o aprender e o ensinar. Dizemos que essa precariedade do ensino instrumental no uso das tecnologias de ensino é algo que se ampliou na pandemia, devido à imposição da aula via ensino remoto. Isso se apresenta como uma condição plena de retrocesso na atividade educativa, na indiferença que se estabelece sem a presença do outro nas relações entre o aprender e o ensinar. A questão de estar presente com o outro no espaço escolar ocorre quando surge o implicar-se com o tema da aula, que se apresenta no encontro entre os sujeitos. Isso é completamente diferente da presença obrigatória, em que se exige algo que, muitas vezes, não condiz com a verdade.

A didática instrumental e as contradições do aprender sem o ensinar

Uma questão central para pensar a educação emancipadora seria discutir os usos das tecnologias educacionais para além da perspectiva utilitarista, ou seja, colocar em evidência que esses instrumentos determinam as relações entre o sujeito e os processos formativos. Portanto, as tecnologias de ensino devem ser compreendidas como produtos humanos interessados que se constituem no campo das relações sociais.

O problema educativo seria como fazer uso das tecnologias do ensino sem a perspectiva utilitarista e constituir processos formativos críticos pelo viés da igualdade. Pensar e fazer práticas educativas que possam consolidar a referida proposição – igualdade e criticidade – consiste em apresentar o conteúdo que possa efetivar as relações democráticas no aprender com os modos do ensinar. Diante dessa questão, o que se apresenta como elemento de discussão é a compreensão da didática do ensinar no conjunto de contradições que ocorrem no aprender - de um lado, o outro exige para si que seja subordinado e, por outro lado, deve-se trabalhar para a autonomia e para a construção da liberdade. Em última instância, o que está em questão é que

A igualdade não é uma meta que os governos e as sociedades deveriam alcançar. Estabelecer a igualdade como uma meta a alcançar a partir da desigualdade é instituir uma distância que a operação mesma da sua “redução” reproduz indefinidamente. Quem parte da desigualdade está certo de reencontrá-la na chegada. É preciso partir da igualdade, partir desse mínimo de igualdade sem a qual nenhum saber se transmite, nenhum comando se

executa, e trabalhar para ampliá-la indefinidamente. O conhecimento das razões da dominação não tem o poder de subverter a dominação; é sempre preciso já ter começado a subvertê-la; é preciso ter começado pela decisão de ignorá-la, de não lhe fazer justiça. A igualdade é uma pressuposição, um axioma de partida, ou não é nada. (RANCIÈRE, 2021, p. 39-40).

Para se constituir uma relação educativa em plena igualdade, deve-se também levar em consideração a responsabilidade e a autoridade em dizer algo para o outro como algo necessário em termos de formação cultural. Nesse caso, a igualdade se apresenta como elemento relacional, que também implica o paradoxo que se encontra em seu interior: o reconhecimento da diferença que se apresenta entre a posição que o sujeito ocupa em termos de saber e conhecimento. Essa diferença se apresenta como o lugar da passagem do sujeito para a conquista do lugar que ele deseja ocupar e, portanto, impulsiona-o para o deslocamento na apropriação do saber, na construção do conhecimento, ou seja, isso é algo que produz a passagem “[...] de uma posição a outra no interior do campo da palavra e da linguagem” (LAJONQUIÈRE, 2009, p. 160). Entretanto, como lidar com essa questão da passagem do sujeito para a posição do saber, apropriando-se do conhecimento sem ficar na lógica de subordinar o outro em que a “[...] consciência operária somente poderia desenvolver-se com a ajuda de uma ciência vinda de fora”? (RANCIÈRE, 2021, p. 33).

Nesse sentido, o ponto central em termos de escola e democracia seria pensar criticamente a transmissão do conteúdo escolar na perspectiva da igualdade, que se apresenta no paradoxo daquele que se responsabiliza pela autoridade de dizer algo para o outro na troca de saberes, observada no encontro entre os sujeitos no âmbito da escola. Essa é uma grande dificuldade na construção de uma relação de obediência cega, em que um manda e o outro obedece.

Para Chauí (2016), essa lógica do mandar e obedecer é o mecanismo de dominação que se apresenta no aprender e ensinar como verdadeiro álibi da escola. Por meio dessa modalidade de educação, instauram-se as formas de dominação no processo formativo do sujeito, na constituição do domínio como elemento chave para funcionar todo o modelo de exploração.

[...] o neoliberalismo fragmentou o mundo do trabalho e a sociedade, deu ao mercado a chave da suposta racionalidade do mundo, fez da competição individual a condição da existência bem-sucedida, fortaleceu a ideologia da competência ou a divisão social entre os que supostamente sabem e devem mandar e os que não sabem e por isso devem obedecer [...] (CHAUI, 2016, p. 50).

Com esse breve panorama referente aos processos formativos, torna-se possível compreender a didática e as contradições do aprender com o ensinar. Portanto, a questão central são as possibilidades de apresentar um conteúdo para o outro no âmbito escolar, sem anular a inteligência do outro, ao mesmo tempo em que ele possa, primordialmente, interagir numa relação de igualdade na construção do conhecimento.

Para evitar essa dificuldade no âmbito do aprender com o ensinar, temos o paradoxo que se amplia no sistema educacional, especificamente no âmbito das inovações tecnológicas do ensino. Essas novas formas de ensinar mostram-se como a fórmula perfeita para a solução educativa, mas pouco se analisa sobre o quanto essa inspiração pedagógica não possui nada de novo e baseia-se apenas numa recomposição do tecnicismo pedagógico moderno pautado, principalmente, na psicologia comportamental, que invadiu o sistema pedagógico brasileiro no final dos anos 1960 (LIBÂNEO, 1985) e que se apresenta com o aprender sem o ensinar.

A educação escolar e a perda dos laços sociais no paradoxo da sociedade do indivíduo

A partir do exposto neste ensaio, que abarca a discussão a respeito da escola e da democracia na definição do conceito de educação escolar como a pertinência do aprender com o ensinar, nossa conclusão se apresenta como expressão direta ao elogio da escola como lugar pleno para o exercício da realização do encontro com o outro, na efetividade da atividade educativa como processo formativo do sujeito crítico e participativo.

Apontamos que a democracia no campo escolar é algo que se constrói, e o aprender com o ensinar ocorre numa relação de diálogo, na plena igualdade de estar presente com o outro. Para tanto, os sujeitos que ali se encontram devem trabalhar para a realização da atividade educativa como um lugar de transmissão de saberes, na construção do conhecimento como eixo central para o pleno funcionamento da escola, destacando a possibilidade de estar com o outro.

Essa experiência escolar de estar presente com o outro seria a possibilidade da realização da pertinência pedagógica do aprender com o ensinar, em que se faz a transmissão do saber na construção do conhecimento. Para tanto, os sujeitos devem se encontrar implicados com o desejo que se apresenta na trama das relações entre os sujeitos que estão no campo escolar, que seria o lugar para

[...] correr o risco de afirmar que, por um lado, a “metodologia de ensino” utilizada deve ser a clássica, isto é, “quem sabe ensina e quem não sabe aprende”, e, por outro, a política educacional deve consistir em garantir a

factibilidade dos encontros entre aqueles que já sabem (e são respeitados pelo *príncipe*) e aqueles que ainda não sabem [...]. (LAJONQUIÈRE, 1997, p. 37).

Dessa maneira, a relação educativa é algo que apresenta o paradoxo de unir o simples, em dizer a palavra para o outro, e a complexidade que isso envolve em termos de como o outro se apropria da palavra e produz algo inédito em termos de pensamento e prática, aprendendo com o ensinar. Isso seria

a possibilidade de novas palavras, de palavras não pré-escritas. Porque deixar escrever não é apenas permitir escrever, dar permissão para escrever, mas estender e alargar o que pode ser escrito, prolongar o escrevível. A leitura toma-se assim, no escrever, uma tarefa aberta, na qual os textos lidos são despedaçados, recortados, citados, in-citados e ex-citados, traídos e transpostos, entremesclados com outras letras, com outras palavras. (LARROSA, 2004, p. 146).

Toda vez que os sujeitos se encontram no espaço escolar para a realização da atividade educativa do aprender com o ensinar, abre-se uma oportunidade e há a esperança de que possam surgir os novos contornos da aprendizagem. A escola seria um lugar onde se faz o trabalho educativo para que ocorra a apropriação da palavra que é dita e que se reedita em outras diversas formas do dizer sobre as coisas do mundo, permitindo aos sujeitos outras maneiras de interpretar a dinâmica da realidade.

Pode-se dizer que uma escola democrática efetiva seria um espaço onde a lógica do mandar e obedecer é substituída por uma forma relacional, em que todos os comuns possam estar presentes para construir uma forma de representação no campo da cultura escolar. Essa experiência de vida seria algo que constitui o conceito de educação escolar como a pertinência do aprender com o ensinar, que, em última instância, também favorece os elementos para uma associação eficiente entre escola e democracia.

Referências

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Barão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CARTOLA. As rosas não falam. **Letras**, Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/cartola/44898/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

CHAUI, M. **A ideologia da competência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FERRAZ, L. G. Prova Escrita. **Canais Globo/Outros Olhos**, 2020. 56 min. Disponível em: <https://globosatplay.globo.com/futura/v/8753026/>. Acesso em: 28 ago. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 67. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREUD, S. Prefácio para um livro de August Aichhorn. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. Tradução de Luis López-Ballesteros e Torres. Madrid: Biblioteca Nueva, 1996.

LAJONQUIÈRE, L. Dos “erros” e em especial daquele de renunciar à educação: Notas sobre psicanálise e educação. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 27-43, 1997. DOI 10.11606/issn.1981-1624.v2i2p27-43. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/60716>. Acesso em: 6 ago. 2021.

LAJONQUIÈRE, L. Sobre uma degradação geral da vida escolar. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 157-168, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/983/998>. Acesso em: 6 ago. 2022.

LARROSA, J. Elogio da escola. Tradução de Fernando Coelho. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LARROSA, J. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. Tradução de Alfredo Veiga Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Loyola, 1985.

MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. A língua da escola: alienante ou emancipação. *In*: LARROSA, J. (org.). **Elogio da escola**. Tradução de Fernando Coelho. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução de Lílian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

RANCIÈRE, J. Préfácio ao *Le Philosophe et ses pauvres*. **Rapsódia**, São Paulo, n. 11, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rapsodia/article/view/143784/138428>. Acesso em: 6 ago. 2022.

RIBEIRO, M. P.; ZANARDI, T. A. C. As concepções marxistas da pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani em relação à temática do conhecimento: contribuições ao currículo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018. DOI 10.1590/0102-4698186783. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/LQp38RXYd9DRMxGd4pRt43j/?lang=pt#>. Acesso em: 15 set. 2021.

RODRIGUES, R. A prática educativa como atividade de desencontros de sujeitos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 33, p. 445-458, set.-dez. 2007. DOI 10.1590/S1517-97022007000300004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/bzh3sgwgcp5vdJSmJzWcBhc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2022.

RODRIGUES, R. Apontamentos críticos referentes à cartografia sobre a compreensão em ser professor de verdade a partir de Jacques Rancière. **Ciências Humanas UNITAU**, Taubaté, v. 13, n. 1, p. 48-55, jan.-abr. 2020.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

Submetido em 6 de setembro de 2022.

Aprovado em 3 de março de 2023.